

# A dengue se alimenta do que deixamos de fazer



» ANDRÉ BON  
Infectologista do  
Laboratório Exame

A explosão recente de casos de dengue no Brasil não é um acaso estatístico. Não se trata apenas de um verão mais quente ou mais chuvoso. A dengue cresceu porque enfrentamos problemas estruturais que se acumulam há anos. Eventos climáticos extremos, como o recente El Niño, alteraram regimes de chuva e temperatura, expandindo a temporada do *Aedes aegypti* e acelerando sua proliferação.

Mas o clima não explica tudo. O mosquito encontrou no ambiente urbano brasileiro um terreno fértil construído por nós: expansão urbana desordenada, acúmulo cotidiano de água em recipientes caseiros, fragilidades de saneamento e desigualdades que tornam algumas regiões (explicadas mais abaixo nesse artigo) permanentemente mais vulneráveis.

Quando mais de 14 milhões de casos e 9 mil mortes são registrados no mundo em um único ano, como aconteceu em 2024, o debate deixa de ser epidemiológico e passa a ser social. É sobre como vivemos, como ocupamos o território e como cuidamos — ou não — dos espaços que dividimos.

O Brasil é hoje o retrato mais evidente dessa tendência. Em 2023, 2,9 milhões dos 5 milhões de casos globais ocorreram aqui. E a projeção feita pelos modelos nacionais para 2024 já apontava o risco de chegarmos a 5 milhões de novos casos, cenário impulsionado pela combinação de clima, urbanização acelerada e circulação simultânea

dos quatro sorotipos do vírus.

A pergunta, portanto, não é apenas “como me protejo da dengue?”, mas: por que estamos permitindo que ela avance dessa forma — e o que vamos fazer como coletivo? Não é coincidência que países do Hemisfério Sul apresentem seis vezes mais mortalidade por dengue do que países do Hemisfério Norte — e que o Brasil concentre o maior contingente de casos e óbitos das Américas. O mosquito precisa de muito pouco para se multiplicar, e damos tudo o que ele precisa: água parada, calor e descuido.

Quando a dengue cresce, cresce também a parte invisível dela. Um dado frequentemente ignorado é o “efeito iceberg”. À medida que aumenta o total de pessoas infectadas, cresce também o número absoluto de casos graves — mesmo que a maioria continue apresentando quadros leves. É uma relação matemática que se repete em todas as epidemias do vírus. A cocirculação dos quatro sorotipos (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4), observada no Brasil em 2023, aumenta o risco de um segundo episódio de infecção — justamente as que mais evoluem para quadros graves e óbitos.

Isso explica, em parte, por que, mesmo com maior acesso a diagnóstico e informação, seguimos vendo picos históricos de hospitalizações. O discurso tradicional sobre dengue sempre se concentrou em medidas individuais: usar repelente, proteger janelas, evitar água parada. Tudo isso continua válido, mas já não basta diante da escala do problema.

Vigilância epidemiológica, controle ambiental e acesso à vacinação precisam andar juntos — e precisam ser vistos como responsabilidade compartilhada. Hoje, o Brasil é o primeiro país do mundo a ofertar a vacina Qdenga pelo sistema público. Mas a quantidade disponível em 2024

— cerca de 3,2 milhões de doses — tem espaço para ser potencializada, especialmente em um ano no qual o país pode chegar a 5 milhões de casos.

A vacinação é uma estratégia essencial, mas ainda não alcança todos. Por isso, enquanto discutimos ampliação de acesso, não podemos abandonar as ações do território. Isso não é campanha, mas, sim, rotinas que precisam ser sustentadas por comunidade, vizinhança, escolas, empresas e municípios.

O mosquito não respeita muros: se a casa ao lado acumula água, a sua está em risco; se a rua inteira descarta lixo incorretamente, não há repelente que dê conta; se os sistemas de drenagem falham, criadouros se multiplicam.

Como infectologista, vejo diariamente pacientes que fizeram “tudo certo” do ponto de vista individual e, ainda assim, adoeceram. Porque sua proteção depende do entorno. Depende do bairro. Depende da cidade. Precisamos abandonar a ideia de que saúde pública é responsabilidade apenas das autoridades sanitárias. Ela é, antes de tudo, responsabilidade pública.

Quando trago o termo público, quero dizer que todo mundo tem responsabilidade sobre essa epidemia. O que fazer para mudar — e rápido: cuidado contínuo com os espaços urbanos, mobilização comunitária organizada, ampliação da vacinação, integração entre clima, urbanização e vigilância epidemiológica, educação permanente nas escolas e espaços coletivos.

A dengue voltou com força porque, em muitos aspectos, nunca saiu — nós apenas deixamos de vê-la até que ela nos alcançasse novamente. E ela seguirá voltando enquanto entendermos prevenção como uma lista de ações individuais, e não como um pacto social. Cada morador que limpa seu quintal contribui — mas é quando um bairro inteiro age que a transmissão realmente cai.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



## Um olhar para os últimos 40 anos no Brasil



» PATRICK SABATIER  
Formado em direito pela  
Universidade de Bordeaux,  
diretor de Relações Corporativas  
da L'Oréal e ex-presidente da  
Câmara de Comércio França-  
Brasil no Rio de Janeiro

Cidadão francês, comecei a me relacionar com o Brasil há 40 anos. Não era um momento fácil. Como advogado de um grande escritório e da maior empresa francesa do ramo alimentício, em São Paulo, conheci um país cuja inflação oscilava entre 250% e quase 2.000% por ano e que passaria em quatro anos por três moedas diferentes — o Cruzeiro, o Cruzado e o Cruzado Novo. Construí-se também uma jovem democracia pós-ditadura, cujo foco era aprovar uma nova Constituição, que acabou tendo centenas de páginas e 250 artigos, enquanto a francesa tem 50 páginas e 85 artigos, e a americana, quatro páginas e sete artigos.

Depois dessa primeira temporada por aqui, continuei minha carreira na também francesa L'Oréal, a maior empresa de cosméticos do mundo, mas nunca deixei de me relacionar com a América Latina e, especificamente, com o Brasil. Baseado em Paris, negociei contratos, conduzi litígios, constituí subsidiárias em vários países da região e fui testemunha das profundas mudanças econômicas alcançadas com o plano Real, nos anos 90. Representando um grande grupo multinacional,

posso afiançar como o fim da hiperinflação e a introdução do famoso tripé macroeconômico implementado por Fernando Henrique Cardoso e seu brilhante time econômico — transmitido ao presidente Lula no seu primeiro mandato — foram condições fundamentais para consolidar a confiança dos investidores internacionais e permitir a retomada da entrada de recursos externos no país. A partir de 2006, voltei a morar no Brasil; dessa vez no Rio de Janeiro, para assumir as Relações Corporativas do Grupo.

Dizem que, quando você sai da Argentina por 20 dias, tudo mudou e, quando você volta 20 anos depois, nada mudou. Minha experiência mostra que esse aforismo às vezes vale também para o Brasil, país que definitivamente não é para principiantes. Há 20 anos, Lula começava seu segundo mandato e, agora, está em seu terceiro. No Rio, Eduardo Paes preparava-se, então, para assumir a prefeitura e, hoje, duas décadas depois, ainda é o prefeito da cidade.

Durante esse período, o país passou também por altos e baixos espetaculares, teve presidentes de esquerda e de direita, impeachment, diversos escândalos de corrupção, (ex) presidentes presos e uma tentativa de golpe de Estado. Mas houve também avanços importantes: o Brasil conseguiu construir importantes reformas, como a trabalhista, a previdenciária e a tributária.

A relação entre França e Brasil era excelente 20 anos atrás (parceria estratégica Sarkozy-Lula) e continua assim (lua de mel Macron-Lula), mas passou por uma fase de esfriamento no período Macron-Bolsonaro. Apesar desse parêntesis, o relacionamento vai de vento em popa e se

fortalecerá ainda mais com a comemoração do aniversário de 200 anos das relações entre nossas duas nações.

Tendo exercido o cargo de presidente da Câmara de Comércio e Indústria França-Brasil, pude acompanhar o aprofundamento das nossas relações empresariais nesse período. A França é o segundo investidor no Brasil, com um detalhe especial: a maior empregadora do país é uma empresa francesa. A L'Oréal ilustra bem o compromisso de longo prazo da França no Brasil, com 400 milhões de unidades produzidas localmente, um centro de Pesquisa e Inovação local de classe mundial e 43 mil empregos gerados em sua cadeia de valor.

A jornada não é sempre fácil, e as empresas francesas que acreditam no Brasil foram surpreendidas recentemente pelo PL 1.087/2025, que introduz uma alíquota de 10% sobre a remessa de dividendos para empresas estrangeiras. Isso trará um impacto negativo para o país em relação à capacidade de atração de investimentos e competitividade, indo na contramão das boas práticas internacionais. No momento em que União Europeia e Mercosul caminham para a ratificação do Tratado de Livre Comércio entre os dois blocos, essa decisão passa um sinal bastante negativo para o mercado.

Vivi, enfim, muita coisa aqui ao longo desses 40 anos. Neste país, criei minha família e a ele dediquei o período mais produtivo de minha vida. Minha longa história com o Brasil me faz acreditar que, mesmo se a fotografia não é sempre a que gostaríamos, o filme não acabou, e um final feliz é ainda possível.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Invisíveis nas agendas globais

Por mais que se repitam discursos grandiosos sobre preservação, sustentabilidade, compromisso planetário e metas ousadas de carbono, a Amazônia — aquela concreta, habitada, viva, sofrida e desigual — permanece invisível. Fala-se da floresta como se ela fosse um monumento intocado, como se existisse à parte da vida humana que nela pulsa. No entanto, mais de 30 milhões de brasileiros vivem naquele território, enfrentando os piores indicadores sociais do país, como se estivessem condenados, há décadas, a figurar como estatística de abandono.

Esse apagamento deliberado não ocorre por acaso. Ele é fruto de um paradigma ambientalista que separa, artificial e ideologicamente, o homem da natureza — um equívoco conceitual que compromete qualquer política séria de desenvolvimento sustentável. O resultado é que grandes conferências climáticas, como a COP30, seguem tratando a Amazônia como se fosse um parque temático global, um ativo geopolítico sob tutela internacional, enquanto as populações amazônicas aparecem apenas como nota de rodapé, quando muito como figurantes do cenário que líderes mundiais querem exibir ao planeta.

Ao longo dos discursos e painéis da COP30, é possível observar um fenômeno conhecido e recorrente: a tentativa de transformar a Amazônia em símbolo político de agendas globais que pouco dialogam com a realidade local. Nesse cenário, multiplicam-se expressões de efeito, propostas genéricas, promessas de financiamento que raramente se concretizam e uma constante disputa de narrativas entre governos, ONGs internacionais e organismos multilaterais. Raramente, contudo, aparece um plano concreto que coloque o amazônida no centro das discussões. Este, sim, o verdadeiro guardião da floresta.

É claro, sobretudo nas últimas décadas, um processo de espetacularização do debate climático, capturado por grupos políticos, em especial setores progressistas internacionais, que transformaram o tema em plataforma ideológica. O resultado é um discurso frequentemente marcado por moralismo, teatralidade e simplificações. A floresta vira símbolo, bandeira, slogan. Mas não vira projeto de país.

As causas apresentadas em conferências multilaterais costumam priorizar narrativas consolidadas e pouco abertas ao debate científico plural. Essa rigidez ideológica contribui para o crescente esvaziamento desses encontros: repetem-se os mesmos temas, as mesmas mesas-redondas, os mesmos alertas catastróficos, sem que se avance na compreensão das complexas interações entre atividade humana, ciclos naturais e transformações planetárias que não dependem da ação do homem.

Enquanto isso, regiões menos desenvolvidas do mundo, como a África e a própria Amazônia, seguem relegadas ao papel desconfortável de palco para discursos alheios. São territórios tratados como vitrines da crise climática, mas nunca como protagonistas de soluções reais. A ausência de integração entre homem e meio ambiente, tão proclamada pelos especialistas de gabinete, resulta, paradoxalmente, em políticas que afastam o homem da possibilidade de ser protagonista da própria terra.

A COP30 poderia ter sido a oportunidade de reverter essa lógica. De colocar no centro do debate o desafio que realmente importa: como garantir desenvolvimento, dignidade e prosperidade à população amazônica ao mesmo tempo em que se preserva a maior floresta tropical do mundo? Como construir políticas que respeitem tradições locais, promovam empregos sustentáveis, incentivem tecnologia, aprimorem a educação e fortaleçam a soberania nacional sobre o território?

É preciso reconhecer que, sem participação efetiva das populações amazônicas, qualquer meta climática será mera peça de ficção. Da mesma forma, sem admitir que o desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre economia e proteção ambiental, continuará prevalecendo a visão de que o progresso humano é sempre inimigo da natureza, visão que ignora séculos de convivência harmoniosa entre povos amazônicos e a floresta.

O que se espera, daqui para frente, é que debates climáticos globais abandonem o tom catequético e passem a ouvir as populações que vivem, de fato, nos territórios em disputa. Que deixem de lado a retórica inflamada e abracem soluções técnicas, científicas e economicamente viáveis. Que parem de apontar dedos e comecem a construir pontes. E, acima de tudo, que reconheçam que nenhum planeta será salvo enquanto milhões de seres humanos permanecerem abandonados à própria sorte no coração da floresta que o mundo diz querer proteger. Porque uma COP que não olha para as pessoas deixa de ser conferência, torna-se vitrine. E vitrines, por mais reluzentes que sejam, nunca mudaram a realidade de ninguém.

### A frase que foi pronunciada:

“A única maneira de monitorar o progresso é responsabilizarmo-nos mutuamente. Essa responsabilidade mútua (e) o acompanhamento do progresso é o que a COP está promovendo... O que as COPs também fazem (é) reunir um grande número de instituições, coalizões e partes interessadas que usam a COP como um momento e um local de encontro para ‘mostrar e contar.’”

Christiana Figueres, ex-chefe do clima da ONU

### História de Brasília

*Excelente iniciativa, a da delegacia do IAPC em Brasília, determinando a detetização de todos os apartamentos. Os inquilinos terão que comprar apenas uma lata de querosene, para se verem livres das baratas que estão invadindo todos os apartamentos. (Publicada em 12/5/1962)*